

O Estado de S. Paulo - São Paulo - SP (25/11/2006)

Para Dias, Lei de Anistia é clara ao incluir militares entre beneficiários

Advogado que defendeu presos políticos acha necessário, porém, discutir crimes ocorridos nos porões do regime

Roldão Arruda

O advogado criminalista José Carlos Dias, que se notabilizou nos anos do regime militar como defensor de presos políticos, disse ontem não ter dúvidas de que a Lei da Anistia abrange também os militares acusados de terem cometido crimes de tortura. Em entrevista ao Estado, ele mostrou discordância em relação à releitura da lei que vem sendo feita pelo jurista Hélio Bicudo e familiares de presos políticos, segundo os quais a anistia não teria atingido os militares, uma vez que a tortura é crime inafiançável e imprescritível.

'Tenho enorme admiração e sou amigo do Hélio Bicudo, mas não concordo com essa interpretação', afirmou Dias. Para ele, a anistia abrangeu também o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que está no centro dessa polêmica desde que um grupo de ex-presos políticos entrou com uma ação na Justiça, exigindo o reconhecimento de que foram vítima de torturas.

O trecho da lei que trata de crimes conexos, segundo Dias, se refere exatamente ao caso dos militares: 'É assim que a lei deve ser interpretada.'

O fato de Ustra ter sido anistiado, porém, não impede que sejam revelados e discutidos os fatos daquela época, ressalva o criminalista. 'Tenho como comprovar, por meio de relatos, documentos, cópias de processos, que o Ustra foi, pessoalmente, ou por meio de pessoas que estavam sob seu comando no DOI-Codi, um dos maiores torturadores do País naquele período', afirmou. 'Posso me tornar réu por essas afirmações, mas tenho de fazê-las, como ato de justiça, em memória de todas aquelas pessoas que sofreram no DOI-Codi.'

O DOI-Codi era o nome dado às unidades para onde eram conduzidos os presos políticos, opositores do regime militar. Em São Paulo funcionava na Rua Thomaz Carvalhal, no bairro do Paraíso, e foi comandado por Ustra entre 1970 e 1974. O jornalista Vladimir Herzog morreu nas dependências daquela unidade em 1975, um ano após a saída do coronel, na época ainda com a patente de major.

Dias assessorava o cardeal Paulo Evaristo Arns, na Arquidiocese de São Paulo. Ele foi um dos fundadores e presidente da Comissão de Justiça e Paz e também colaborou na preparação do livro Brasil, Tortura Nunca Mais, o mais completo relato já produzido no País sobre crimes cometidos contra prisioneiros políticos nos anos da ditadura militar.

O criminalista contou que ficou indignado ao ler a reportagem publicada pelo Estado, na terça-feira, relatando um encontro de militares, em Brasília, para prestar solidariedade ao coronel Ustra. 'Quando vi aquele banquete fui tomado pela indignação, por ver como tanta gente ainda pode apoiar aquele homem. O

que aconteceu no DOI-Codi de São Paulo foi tão violento que provavelmente não se repetiu em nenhum outro lugar do Brasil.'

O advogado contou que possui farto material em seus arquivos sobre a participação de Ustra em casos de tortura. 'Não cito detalhes em respeito aos meus clientes. Mas se houver necessidade, vou pedir licença para revelar o que há nesses arquivos. Eles não deixam dúvidas sobre o que aconteceu lá.'

MOTIVOS

Informado sobre as declarações de José Carlos Dias, o advogado Paulo Esteves, que atua como defensor do coronel Ustra, disse que preferia não comentá-las. 'Se entrar nessa discussão, vou acabar legitimando o litígio que essas pessoas procuram criar', afirmou. 'No fundo, todos eles tentam achar motivos para promover ações contra meu cliente, que foi anistiado.'

O coronel Ustra, que é reformado e mora em Brasília, mas ontem se encontrava no Rio, também não quis falar. Limitou-se a dizer, por intermédio de sua mulher, que tudo que pensa sobre o assunto já foi apresentado no livro *Rompendo o Silêncio*, no qual dá sua versão sobre os fatos ocorridos na época.